

Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna: parceria e permanência das políticas para educação

Sapiranga and Ayrton Senna Institute: partnership and staying policy for education

■ Nivaldo Gonçalves Neto

Resumo

A parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna - IAS, no final da década de 1990 até meados da década de 2000, significou a intervenção direta de uma instituição privada na gestão da educação de um ente público. Após dez anos do fim da parceria é possível encontrar políticas, na forma da lei, e práticas que permaneceram no cotidiano da rede municipal de Sapiranga. Nesse sentido, este texto visa apontar elementos de continuidade que indicam a permanência das ações implantadas pelo IAS, em Sapiranga.

Palavras-chave:

Políticas Públicas de Educação; Gestão Educacional; Sociologia da Educação; História da Educação.

Abstract

The partnership between the City of Sapiranga and the Ayrton Senna Institute, in the late 1990s to the mid-2000 decade, meant the direct intervention of a private institution in management education of a public entity. Ten years after the end of the partnership is to find policies, according to the law, and practices that remained in daily municipal Sapiranga. In this sense, this article points out elements of continuity that indicate the permanence of actions implemented by the IAS in Sapiranga.

Key-words

Public Education Policies; Educational Management; Sociology of Education; History of Education.

apontados como tão relevantes quanto o selecionado para o estudo, mas observamos que seria necessária uma imersão mais detalhada sobre o tema tanto no aspecto metodológico como teórico.

Assim, a escolha do ponto elencado se deu em função da disponibilidade dos documentos para a análise proposta. Além disso, o tema das parcerias estabelecidas pelo Instituto Ayrton Senna com diferentes Prefeituras Municipais em diferentes regiões do Brasil é alvo de uma série de estudos, havendo assim um número considerável de trabalhos e publicações. Os trabalhos desenvolvidos têm como função alicerçar as características gerais da parceria e dos convênios, constituindo-se como ponto de partida para compreender principalmente os aspectos referentes à permanência das políticas educacionais disseminadas.

O Instituto Ayrton Senna (IAS): posicionando o debate

O Instituto Ayrton Senna, conforme a sua página na web, “é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades de crianças e jovens por meio da educação”. Na sua apresentação, indica a experiência de mais de vinte anos de atuação na educação pública e o quanto isso representa no sentido de conferir experiência nas suas ações, levando “inovações educacionais para os alunos”. Deixando claro, ainda, que suas ações são “financiadas por recursos de doações e de parcerias com a iniciativa privada”. Afirmando que:

Pelo impacto da nossa atuação e transparência em relação à origem e aplicação dos nossos recursos, somos reconhecidos pela qualidade e confiabilidade na articulação entre o setor privado, o poder público e a sociedade civil para melhorar a educação no Brasil (INSTITUTO AYRTON SENNA).

Observando as intenções e as relações estabelecidas pelo IAS, tanto no sentido de estabelecer parcerias para implantar políticas na educação pública, como na forma de arrecadação e financiamentos das suas ações, tornam explícita a intervenção de uma entidade totalmente vinculada ao setor privado na educação pública. Assim, essa presença do Instituto é a interposição explícita dos interesses de uma ordem econômica que já se expressa na forma do Estado, que representa interesses corporativos do capital, de suas instituições financeiras e de parcerias com o setor privado (COSTA e LOUREIRO, 2013, p. 91). Essa dupla presença dos interesses da ordem econômica vigente coloca a educação num plano de disputa. Entretanto, esse embate na educação não se dá entre a instituição privada e o Estado, mas sim entre projetos antagônicos se pensarmos nos trabalhadores como elemento de possível contradição dentro do sistema e a necessidade de controlar e construir formas e meios de manutenção do *status quo*.

Partindo das contribuições de Karl Marx à educação, organizadas em artigo por Costa e Loureiro, apontamos a seguinte afirmação:

o Estado capitalista se constitui na forma mais acabada da democracia burguesa. Para Marx, significa que todo Estado sempre foi um instrumento a serviço das classes dominantes, pois reproduz a desigualdade social, afirmando a igualdade política e jurídica dos sujeitos. Porém, reproduz a desigualdade entre as classes pela ilusão de que, elegendo seus dirigentes políticos, dirige também as decisões políticas. O Estado capitalista aponta para a igualdade formal, política e jurídica, mas tal “igualdade” nada mais é do que a máxima liberdade do capitalismo como forma de manutenção diante da exploração dos trabalhadores (TONEI e LESSA apud COSTA; LOUREIRO, 2013, p. 77).

A sociedade capitalista, fazendo um rápido comentário, está baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem a partir da centralidade do trabalho, compreendendo que a compra da força de trabalho representa a forma de obtenção do lucro através da exploração da mais valia, gerando assim uma sociedade de antagonismos. De um lado temos os donos dos meios de produção e de outro os que têm única e exclusivamente a sua força de trabalho. Essa situação acaba criando duas classes distintas que se encontram constantemente em luta.

A classe dominante, no caso a que detém os meios de produção, busca legitimar o capitalismo por se locupletarem com a estrutura produtiva vigente. Assim, a estrutura social reflete os interesses de classes, buscando fazer a sua manutenção, naturalizando as suas características. Além disso, Karl Marx afirma que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais se realiza o trabalho” (MARX, 1996, p. 830). Apresentando outro elemento importante para a manutenção do sistema, ou seja, o mascaramento da realidade contraditória através da consolidação de um pensamento, de uma ideia, através de uma ideologia.

Esse mascaramento normaliza o *status quo* e pode ser difundido por diferentes entidades que permeiam a superestrutura do sistema capitalista. A cultura, a religião, a ciência, o Estado e consequentemente a educação são entidades que auxiliam nessa difusão, posto que, constituem como Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985).

O Estado tem como função a preservação dos elementos que compõem o sistema econômico, no caso específico o capitalismo. Retomando a questão da propriedade privada, os fundamentos jurídicos do sistema têm como função a manutenção dos princípios do direito à propriedade. Assim, a educação formal, entendida aqui como a oferecida e mantida pelo Estado para a população em geral, é construída com a intenção de manter o *status quo*, promovendo saberes de interesse do sistema.

A educação através da afirmação da ideologia dominante busca tornar os elementos contraditórios do sistema como inatos ao homem. As possibilidades de superação da exploração intrínseca ao sistema acabam pensadas como inviáveis ou utópicas, não haveria espaço para romper o princípio da propriedade. Nesse sentido, também, a educação além de garantir a manutenção da ideologia da classe dominante através da imposição, também formaria homens e mulheres para garantir o funcionamento da estrutura do sistema.

Retomando a perspectiva de termos dentro do Estado capitalista entidades com o mesmo ideário, intervindo nas políticas públicas para a educação indica, enfim, uma ideia de controle sobre os governos para que se tenha a garantia de se cumprirem os ditames de uma cartilha com normas e indicadores de qualidade. Qualidade que, não necessariamente, tem relação com perspectivas de superação dos processos hegemônicos de dominação, baseando a sua ação em práticas autoritárias.

Sapiranga: sapatos e trabalho, inspiração e vocação

O município de Sapiranga - RS tem sua história relacionada à chegada dos imigrantes alemães no ano de 1824 no Município vizinho de São Leopoldo. Os colonos logo se fixaram em diferentes áreas, inclusive próximas ao Rio dos Sinos, e constituíram núcleos que, inicialmente, se dedicaram à agricultura. A partir da década de 1920 as oficinas de sapateiros começaram a ampliar e se tornaram indústrias, esse movimento determinou o crescimento do 5º Distrito de São Leopoldo que conseguiu sua emancipação no ano de 1955, originando Sapiranga.

A partir da década de 1970 o Município teve um surto de crescimento em função do desenvolvimento do setor coureiro-calçadista². Nesse período, ocorreu a chegada de um número significativo de migrantes, oriundos das mais variadas regiões dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que vieram em decorrência da oferta de vagas de trabalho nas indústrias, objetivando melhores condições de vida.

Os migrantes vindos, na maioria das vezes, de regiões eminentemente rurais, tiveram que se adaptar aos novos desafios que o trabalho no setor industrial colocava, principalmente, os relativos ao tempo da produção e a imposição de uma disciplina rigorosa. Os mecanismos de cobrança, com uma hierarquia bastante rígida, que buscavam cadenciar a produção com a pretensão de retirar o máximo possível do trabalhador indicam uma cultura autoritária sobre o trabalho.

O pesquisador Roberto Ruas no seu artigo sobre o processo de trabalho na indústria de calçados do Rio Grande do Sul constata, ainda, que “o espaço de decisão dos contramestres na área da concepção da organização do trabalho é muito restrito”. Ressaltando ainda que “a participação dos trabalhadores diretos na concepção do processo de trabalho é praticamente nula” (RUAS, 1984, p. 101). Deste modo, os trabalhadores do setor sempre foram pensados exclusivamente como força de trabalho.

O Sindicato dos Sapateiros desempenhou um papel importante no período de crescimento do setor e com a chegada dos novos trabalhadores. Com a chegada dos migrantes a cidade passou por problemas de rivalidade entre bairros operários, que foram minimizados com os bailes

² O segundo surto de modernização no setor ocorre já na década de 60 e recebe um impulso fundamental por via da demanda externa. Efetivamente, a exportação de calçados, processo que tem início em 1969, é a grande propulsora da expansão e modernização na indústria de calçados a partir da década de 70. Essa demanda extraordinária determina um tal incentivo ao setor que permite até mesmo a criação e a sobrevivência no mercado de empresas pouco eficientes.

promovidos pelo sindicato no qual a identidade de classe se consolidava e aglutinava esses trabalhadores não mais por sua origem, mas sim pela luta por melhores condições de trabalho³.

Os governos municipais que se sucederam, da emancipação até meados do ano 2000, tinham como principal característica a presença de uma elite ligada ao setor patronal da cidade. Dessa forma, o pensamento dominante indicava uma ideia de trabalho caracterizada pela disciplina e hierarquia do setor economicamente predominante no município, o industrial.

Dessa maneira, partindo do princípio de que as políticas públicas refletem as intenções e aspirações de determinados grupos a partir da organização econômica, política, cultural e geográfica (AMARAL, 2012), entendemos que as demandas propostas para a área de educação no Município de Sapiranga acompanham uma lógica vinculada ao setor produtivo industrial. Isso significa que as estruturas de cobrança produtiva do setor industrial tinham eco nas políticas pensadas para o setor público.

O Instituto Ayrton Senna: intenções e práticas

A presença do IAS nos municípios brasileiros tem sido alvo de análise por diversos pesquisadores, com um número considerável de trabalhos sobre o assunto. As professoras Thereza Adrião e Vera Peroni têm uma série de publicações sobre o tema, inclusive com estudos referentes à parceria do Instituto com o município de Sapiranga. Entre eles um relatório que aponta como se deu o fim da parceria, indicando a percepção de gestores e professores sobre esse processo.

Sobre o a atuação do IAS, as pesquisadoras apontam as seguintes informações sobre um dos seus programas:

O Programa Gestão Nota 10 foi adotado como política pública, a partir de convênios firmados, por 35 municípios em 22 estados da federação, como informa o *site* do Programa. Sua metodologia “trabalha com indicadores e metas gerenciais, capacitação dos profissionais em serviço e informação em tempo real.” Inclui o monitoramento do Programa por meio do registro de informações educacionais em sistema privado de gerenciamento de dados: Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), por meio do qual dados da educação pública, como indicadores de desempenho e diagnósticos sobre a realidade educacional, pautam a elaboração de relatórios de acompanhamento, as opções de intervenção e os procedimentos para avaliação dos processos e dos resultados dos sistemas de ensino. Em suma, consubstanciam uma verdadeira política educacional a regular a ação dos governos parceiros, conforme declara o próprio Programa (ADRIÃO e PERONI, 2011, p. 48).

³ Elaboração construída através do depoimento de lideranças ligadas ao Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga ao Projeto História e Memória dos Povos de Sapiranga, desenvolvido no ano de 2012 pelo Museu Municipal de Sapiranga Adolfo Evaldo Lindenmeyer. Disponível em <<http://culturaedesporto.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-08-01T10:24:00-07:00&max-results=7>>. Acesso em 25 mai. 2016.

As diretrizes do IAS orientavam as administrações municipais a instituir políticas relacionadas à gestão escolar e direcionavam ações a serem implementadas junto aos professores da rede. Dentre esses itens é significativo destacar:

a) a minimização ou eliminação de aumentos salariais para titulação adicional e para tempo de serviço; b) a criação de incentivos relacionados com o desempenho do professor ou da escola; c) pagamento por nível de atuação e não por nível de formação (ADRIÃO e PERONI, 2011, p. 49).

Ao estabelecer as parcerias o IAS passava a controlar e impor planos e metas que deveriam ser postos em prática pelas Secretarias de Educação dos Municípios, na perspectiva dos educadores os movimentos e as ações políticas se davam exclusivamente em função da parceria entre as entidades. A ideia de controle superava a perspectiva de se pensar em construção coletiva, o contrato firmado, mesmo indicando ao contrário, era unilateral e o governo municipal ficava sob a tutela da entidade privada. No relatório produzido pela pesquisadora Vera Peroni essa situação fica bem ilustrada:

A partir dos estudos realizados, percebemos que, para os professores, a criação do conselho escolar, a eleição de diretores e até mesmo a autonomia financeira eram determinadas pelo IAS. Não percebemos a relação dessas políticas feitas com o poder público, mas sim com o Instituto Ayrton Senna, sendo ele o responsável pelas políticas de gestão na escola e no município (PERONI, 2012, p. 151).

A parceria com o Instituto significou para os servidores municipais na área da educação conviver com um ente que assumiu a condução das ações no setor. A formação de professores, mas principalmente a capacitação dos diretores e coordenadores seguiu rigidamente a cartilha estabelecida pelo IAS. As escolas municipais recebiam uma classificação por desempenho, em relação à frequência e a aprovação das crianças e dos adolescentes. Havia também uma classificação entre as escolas que estimulava a competição, os primeiros lugares recebiam prêmios, inclusive com a entrega de troféus, o que significava ainda para aquelas que ficavam nas últimas colocações uma maior intervenção para que dessem as respostas sobre o porquê não alcançaram as metas estabelecidas.

As reuniões pedagógicas se constituíam em espaços de cobrança e imposição, principalmente, quando as metas estabelecidas não eram alcançadas, esse sentimento de culpa era uma constante entre os professores, que além de terem pouco espaço para tomar decisões, já que os projetos já vinham prontos, tinham que dar respostas imediatas aos problemas, sem levar em conta o contexto. O papel de cobrar os professores cabia aos diretores e coordenadores pedagógicos, que por sua vez eram cobrados pela Secretaria de Educação para o cumprimento das metas de frequência e aprovação. O controle sobre o cotidiano da escola, por parte da Secretaria de Educação, era tanto que “os superintendentes visitavam as escolas e observavam até mesmo a entrada dos alunos para a sala de aula e examinavam o livro-ponto dos funcionários” (PERONI e LUMERTZ, 2012, p. 153). Além disso, o número de planilhas a serem preenchidas pelos professores era elevado, a burocracia

montada servia muito mais para que fossem justificadas as ações, além de deixar bem claro as metas a serem cumpridas, sobrecarregando a jornada de trabalho dos professores.

O relatório produzido por Peroni (2012) levanta, entre outros temas, uma constatação importante sobre a presença do Instituto Ayrton Senna na condução da educação pública municipal de Sapiranga. Em nenhum momento a comunidade escolar foi consultada sobre o estabelecimento da parceria. Contudo, o fim da parceria foi um alívio da pressão que era exercida nos trabalhadores da educação, possibilitando que outros temas pudessem ser discutidos na prática docente. Entretanto, muitas das políticas públicas implantadas se arraigaram nas práticas de direções, coordenações e da própria Secretaria de Educação. Além, é claro, de ações reguladas na forma de leis que não foram revisadas como um todo, mantendo no seu cerne elementos das políticas apontadas e implantadas pelo IAS.

Permanência e implicações de uma parceria extinta

A parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Sapiranga teve seu fim em 2006. Após serem consultados, os diretores das unidades de Ensino Fundamental indicaram o fim da parceria que se iniciou em meados da década de 1990. Durante esse período o Município vivenciou uma intervenção direta de uma entidade privada que ditava os rumos da educação com o objetivo de atingir maior qualidade.

Cabe ressaltar que essa intervenção não se caracteriza por uma imposição, mas sim a anuência por parte do governo municipal para serem colocadas em prática políticas para o setor da educação. Desse modo, por parte da administração municipal, como fica claro no Plano Municipal de Educação (2004 a 2014), os projetos, as ações e os convênios da Prefeitura com o IAS significam destaque e são exaltados como positivos.

A intervenção do IAS tem o aval da administração municipal, por significar sim um projeto político que tem sentido e não destoa da forma a partir de como o trabalho é encarado pelos grupos políticos que governam o Município, já que estes representavam uma elite econômica vinculada ao setor industrial coureiro-calçadista. Muito dos planos de gerenciamento se relacionam com métodos utilizados nas indústrias, nas quais os trabalhadores não tinham ingerência nenhuma nos processos de produção.

Professores e direções de escolas executavam uma cartilha que tinha como meta determinados resultados, no caso vinculado à frequência e à aprovação. Os princípios da gestão democrática valorizam a ideia da discussão do método e da construção de alternativas e soluções para os problemas detectados, a partir da análise realizada pelos próprios atores envolvidos com a educação. As políticas implantadas, mesmo revestidas por um discurso democrático, eram autoritárias e tinham o aluno como alvo, mas culpavam os professores por meios de mecanismos de pressão para alcançar os resultados de problemas que foram identificados pela parceria (PERONI e LUMERTZ, 2012, p. 155)

Muitas práticas se mantiveram mesmo como o término da parceria, em maior ou menor grau, a burocracia se manteve, uma série de planilhas ainda é necessária ser preenchida, algumas óbvias como a necessidade de justificar notas abaixo da média de alunos que não frequentam a escola. A pressão para alcançar índices de aprovação continua dependendo da unidade de ensino, com a mesma intensidade de anos anteriores quando da vigência da parceria do IAS.

As reuniões administrativo/pedagógicas nas escolas devem ter relatórios, inclusive com fotos, após as suas realizações. Coordenadores Pedagógicos são obrigados pela Secretaria a realizar visitas periódicas aos professores em sala de aula sem a obrigatoriedade de ser avisados e devem ser produzidos relatórios e documentos sobre as práticas dos docentes. Os resultados alcançados pelos alunos, após a produção de relatórios ao final dos conselhos de classe são primeiro analisados pela Secretaria de Educação que cobra das direções, que por sua vez cobra dos professores esclarecimentos. O trabalho na escola continua a ser fiscalizado como se as unidades de ensino fossem fábricas.

Dirigentes, que exerciam função administrativa e de coordenação pedagógica e foram capacitados nos cursos oferecidos pelo IAS, tanto nas escolas como na Secretaria de Educação, após dez anos do fim da parceria ainda exercem cargos de direção e coordenação. Inclusive, a Secretária de Educação da última gestão no qual prevaleceu a parceria com IAS é a atual prefeita do município e a atual Secretária de Educação era Diretora de escola na mesma época.

Entre as leis instituídas no período de vigência da parceria encontra-se o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Sapiranga (Lei Municipal Nº 3225/2003), que entre outros elementos apresenta a remuneração por níveis, conforme o Artigo 18:

Art. 18. Os níveis constituem a linha de habilitação dos membros do magistério, como seguem:

Nível 1 -Habilitação específica em Curso Normal - Magistério, de nível médio.

Nível 2 -Habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

Nível 3 -Habilitação em curso de pós-graduação - especialização (mestrado/doutorado), desde que haja correlação com o curso de licenciatura plena ou com a área de atuação.

§ 1º O período para requerer a alteração de nível é abril e outubro.

§ 2º A mudança de nível vigorará a contar do semestre seguinte àquele em que o interessado requerer e apresentar o comprovante de nova habilitação.

§ 3º O nível é pessoal, de acordo com a habilitação específica do membro do magistério, que o conservará na promoção à classe superior (23 de maio de 2015).

Este artigo está em plena consonância com as orientações do IAS para os municípios parceiros. Conforme os relatórios produzidos sobre as parcerias com outros municípios o IAS indicava que o Plano de Carreira dos Professores deveria ter como característica “a) a minimização ou eliminação de aumentos salariais para titulação adicional e para tempo de serviço” (ADRIÃO e

PERONI, 2012, p. 49). Principalmente, quando não faz diferenciação entre os cursos de pós-graduação, colocando no mesmo nível de habilitação especialização, mestrado e doutorado. Desde a sua aprovação até o momento, o Plano de Carreira do Magistério passou por uma série de modificações, algumas bastante pontuais, mas nenhum debate levou ao cabo uma alteração que modificasse o artigo 18.

A “Seção III Das Promoções”, do Plano de Carreira, indica a necessidade de uma série de requisitos para que aja a mudança de Classe. Nos primeiros anos essa mudança estava vinculada, entre outros itens a uma avaliação de conhecimento. A partir de 2006 houve mudanças em relação a essas questões, mas a promoção continua atrelada a uma “aferição de qualificação” (Lei Municipal Nº 3225/2003, artigo 13), vinculada a Comissões que fazem a avaliação do professor a partir de itens como a sua participação em eventos extraclasse das unidades de ensino em que estão lotados. Além disso, muitas Comissões, que são constituídas nas escolas, pontuam professores que participam das Associações de Pais e Mestres e dos Conselhos Escolares, aqueles que não estão envolvidos naquele ano em algum desses órgãos não recebem pontuação.

Considerações finais

Ao estabelecer a parceria com o Instituto Ayrton Senna, a Prefeitura Municipal de Sapiranga assumiu uma série de ações na sua gestão na área da educação. As políticas implementadas significaram uma intervenção direta no cotidiano das escolas com práticas relacionadas ao setor privado. O histórico do Município, ligado ao setor industrial, com administrações vinculadas a esse setor, facilitou essas ações já que em muito a relação que se estabeleceu com o trabalho e os trabalhadores eram similares, principalmente no que tange a questão do cumprimento de metas.

O Estado, já comprometido com a lógica da ordem econômica vigente, acaba sendo tutelado com maior vigor pelo setor privado, deixando pouca margem para a construção de contrapontos, colocando assim a educação como uma mercadoria. Entretanto, quando da possibilidade de abandonar esse tipo de gestão, os trabalhadores da educação rapidamente indicaram seus desacordos e conseguiram encerrar essa parceria. Todavia, em função de questões como formação, a presença continuada e o retorno de dirigentes do período da vigência da parceria, caso específico da prefeita municipal que exerceu o cargo de secretária municipal de educação, muitos das práticas e ações ainda hoje são percebidas no cotidiano das escolas. No caso específico do Plano de Carreira dos Professores a essência da sua elaboração se manteve desde a sua implantação.

Referências

- ADRIÃO, T.; PERONI, V. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para gestão da educação pública observações sobre 10 estudos de caso. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 45-53, jan.-jun. 2011. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

- COSTA, C. A. S.; LOUREIRO, C. F. B. *As principais contribuições de Karl Marx à educação. Sociologia da Educação: debates clássicos na formação de professores*. Rio Grande: Ed. FURG, 2013.
- SAPIRANGA. Lei municipal n. 3225/2003. Disponível em: <<http://www.leisonline.net/spg/index.php?Ano=2003&Dip=1.3225>>. Acesso em 23 mai. 2015.
- MACHADO, C. *A Educação no Extremo Sul do Brasil: Contribuições ao estudo e à pesquisa da (in)sustentabilidade da qualidade e da democracia nas políticas educacionais*. Rio Grande: Ed. FURG, 2011.
- MANDEL, E. *Introdução ao Marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.
- MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- PERONI, V.; LUMERTZ, J. A parceria público-privada entre o Instituto Ayrton Senna e a Rede Municipal de Ensino de Sapiiranga. *Revista da Faculdade de Educação*, Cáceres, ano X, n. 18, jul. - dez. 2012. p. 143-161.
- RUAS, P. O processo de trabalho na indústria de calçados do Rio Grande do Sul: observações preliminares. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1984. p. 83-111.
- SANTOS, R. (org.). *Sociologia da Educação: debates contemporâneos e emergentes na formação de professores*. Rio Grande: Ed. FURG, 2013.
- QUINTANEIRO, T. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- TAUCHEN, G. (org.). *Gestão Educacional: olhares emergentes*. Rio Grande: Ed. FURG, 2011.

Meios online

<<http://culturaedesporto.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-08-01T10:24:00-07:00&max-results=7>>. Acesso em 5 Março de 2016.

Nivaldo Gonçalves Neto - Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio, pela Universidade Federal de Rio Grande. E-mail: nivaldogn@gmail.com.